

Crescimento econômico repercute nas Varas do Trabalho de Ipojuca



"Esperamos contribuir para o alcance de índices cada vez melhores"



Foto: Sheila Martins

A nova corregedora regional, Desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, em entrevista ao Informativo TRT6, fala sobre o impacto do processo eletrônico no efetivo funcionamento da JT, os gargalos de primeira e segunda instâncias e as metas do Conselho Nacional de Justiça. E, ainda, comenta o desafio que é exercer função administrativa.

Página 3

Páginas 4 e 5

O crescimento econômico vivenciado em Pernambuco reflete-se em Ipojuca. A faixa salarial praticamente triplicou, conforme processos julgados naquele Fórum Trabalhista. Outro indício é o deslocamento

dos trabalhadores rurais que estão deixando o campo para atuar nas indústrias, em busca de melhores salários, condições de trabalho e benefícios. E, ainda, a demanda processual, que cresceu 100% nos últimos

três anos. É o que constata os juízes Sérgio Murilo de Carvalho Lins e Renata Lima Rodrigues, titulares das 1ª e 2ª VTs de Ipojuca, respectivamente.

Concluído com sucesso módulo para formação inicial de juízes

A Escola Judicial do TRT da Sexta Região (EJ-TRT6) realizou programação para os juízes empossados este ano no Regional pernambucano: o Módulo Regional de Formação Inicial de Juízes do Trabalho, curso que teve duração de dois meses.

Página 6

Responsabilidade socioambiental inclui produtores

O programa de Responsabilidade Socioambiental do TRT6, em parceria com o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), ONG de Glória de Goitá, traz pequenos agricultores para as feiras semanais de produtos orgânicos. Eles vêm do Agreste e Mata Sul: Feira Nova, Glória do Goitá, Vitória e Pombos.

Página 8

Agenda

Membro do Supremo de Portugal visita presidente do TRT6

O presidente do TRT6, desembargador André Genn, recebeu, na segunda-feira (21), a visita do magistrado português João Carlos Pires Trindade, recém-nomeado juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal.

Durante o encontro, os dois magistrados trataram de questões específicas da magistratura e do Poder Judiciário em Portugal e no Brasil, esclarecendo as legislações trabalhista e eleitoral próprias de cada uma das nações.

O desembargador André Genn apresentou o funcionamento do E-Jus, sistema utilizado pelo TRT6, que muito impressionou o juiz-conselheiro João Carlos Pires Trindade, o qual demonstrou interesse em apresentar a ideia para uma possível adoção do sistema em seu país.

Na visita, o juiz português esteve acompanhado do magistrado do

Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, e do titular da 6ª Vara da Fazenda da Capital, juiz José Henrique Dias.



Desembargador André Genn (E) explicou o sistema E-Jus ao magistrado luso (2º à esquerda).

Diálogo com associação de magistrados e servidores

AMATRA 6

Ao receber a visita de cortesia, no dia 17 de março, da presidente da AMATRA6, Luciana Conforti, o desembargador André Genn ressaltou a importância da atuação conjunta e do bom relacionamento entre a administração do Tribunal e os magistrados de primeiro grau. Luciana Conforti reafirmou os votos de congratulações da Associação para os dirigentes do Tribunal no biênio iniciado em fevereiro. O encontro reuniu ainda os juízes André Luiz Machado, Adelmy da Silva Acioli e Virgínio Henriques de Sá e Benevides, que atua como auxiliar da Presidência.

GRUPO DE ESPORTES

O Grupo de Esportes do TRT6 (Grude6) visitou, no dia 15 de março, o presidente do TRT, desembargador André Genn, para tratar das X

Olimpíadas Nacionais da Justiça do Trabalho, em BH.

ASTRA6

No mês de fevereiro, André Genn havia recebido a visita de cortesia dos dirigentes da Associação dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (Astra6).



Presidente André Genn ouviu reivindicações da presidente da Amatra

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira

REDAÇÃO

Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDAÇÃO

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica

(Tiragem: 1.500 exemplares)

Crescimento econômico de PE repercute nas VTs de Ipojuca

O juiz da 1ª Vara do Trabalho de Ipojuca, Sérgio Murilo de Carvalho Lins, lembra que o desembargador aposentado José Guedes Correa Gondim Filho costumava dizer que é um bom sinal quando o número de processos em uma VT está em ascensão. “É um indicativo de que estamos cumprindo bem a nossa parte e de que o trabalhador está encontrando respostas”, afirma o magistrado que, nos últimos três anos, assistiu a um crescimento da ordem de 100% no volume de ações ajuizadas naquela unidade jurisdicional. “Tínhamos uma média anual de 1.600 processos; com a criação da 2ª VT, em 2005, esse número caiu para a faixa dos 800, e hoje já estamos novamente com uma média de 1.600 ações, em cada uma das VTs”.

O crescimento econômico vivenciado em Pernambuco pode ser aferido, segundo Sérgio Murilo, há oito anos na 1ª VT de Ipojuca, pela média da faixa salarial dos processos julgados pelas VTs de Ipojuca, que saltou dos R\$ 700 para valores acima dos R\$ 2 mil. “Não víamos isso. Atualmente, essa é a faixa de salário para que o recrutamento se instale, porque o trabalhador só deixa o seu lugar de origem com a vantagem salarial”, explica o magistrado, ressaltando a necessidade de investimentos em

capacitação da mão de obra local para fazer frente a essa concorrência. Titular da 2ª VT de Ipojuca, Renata Lima Rodrigues, concorda com o colega, observando, ainda um deslocamento da mão de obra dentro do próprio município, a exemplo dos trabalhadores rurais, que estão deixando o campo para o trabalho nas indústrias, em busca de melhores salários, condições de trabalho e benefícios.

Trabalhadores rurais estão deixando o campo para o trabalho nas indústrias, em busca de melhores salários e condições de trabalho

As Varas do Trabalho de Ipojuca, que já registram demandas crescentes, devem manter essa tendência. “Considero que a nossa demanda ainda não é a real, uma vez que muitas obras ainda estão em curso, como a refinaria e os estaleiros, e outras tantas empresas ainda estão chegando. A tendência é que haja um crescimento anual em torno dos 20%”, declara. “Ainda estamos atendendo dentro de uma razoabilidade, mas se em dois ou três anos a nova Vara do Trabalho do município (cujo projeto de criação se encontra em

tramitação na Câmara Federal) não estiver instalada, nosso trabalho ficará inviável”, afirma Sérgio Murilo. Renata Lima Rodrigues partilha a apreensão: “A demanda é imensa, acredito mesmo que a criação de só mais uma VT ainda não será suficiente”, diz.

Com audiências de segunda a quinta-feira, as Varas do Trabalho de Ipojuca passarão a incluir a



Sérgio Murilo testemunha o aumento do número de processos

unidades – um juiz titular e um substituto já atuam em cada uma das VTs. Sérgio Murilo e Renata Rodrigues ressaltam que a diversidade de matérias ajuizadas naquelas unidades jurisdicionais é interessante do ponto de vista do exercício da magistratura, destacando, da mesma forma, a complexidade dos temas ali julgados.



Para Renata Rodrigues, volume processual justifica criação de mais VTs

Entrevista

Corregedora regional: “Esperamos contribuir par

Fotos: Stela Maris

A desembargadora Gisane Araújo se sente duplamente desafiada à frente da Corregedoria, no biênio 2011-2013. Pessoalmente, afirma que exercer uma função administrativa é algo novo na carreira de um magistrado, cujo ofício é judicante. Como corregedora, entende que, diante das transformações em curso na sociedade, especificamente na área tecnológica, impõe-se uma atuação capaz de implementar as mudanças que se fazem necessárias. Confira a entrevista abaixo.

Qual o impacto que o processo eletrônico terá no efetivo funcionamento da Justiça do Trabalho?

Inegavelmente, do ponto de vista processual, haverá bem mais celeridade. Também creio que minimizará problemas atuais, como o reduzido número de funcionários, já que vários serviços e etapas serão suprimidos. O processo eletrônico exigirá dos magistrados, servidores e advogados maiores conhecimentos na área de informática, sendo que, para estes, também implicará a aquisição e adoção de equipamentos capazes de permitir a utilização do sistema que vier a ser implementado.

Como os jurisdicionados encontrarão a JT nessa fase de

transição?

Na fase de transição, os jurisdicionados encontrarão na Justiça do Trabalho algumas dificuldades iniciais, próprias de qualquer processo de adaptação e modernização. Até porque estaremos em uma fase inicial do processo eletrônico, que exigirá aperfeiçoamentos.

Como a senhora avalia o desempenho do TRT6, quanto a cumprimento de prazos e eficiência na prestação de serviços jurisdicionais, em relação a outros regionais?

O TST ainda não disponibilizou a consolidação dos dados gerais da Justiça do Trabalho, em relação ao exercício de 2010. A nossa avaliação, entretanto, é positiva, levando-se em conta que na última correição aqui efetuada, no período compreendido entre os dias 20 e 24 de setembro de 2010, o Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, fez registrar em ata que “a 6ª Região preza pela simplificação das formas, visando à celeridade processual, sem comprometimento da qualidade da prestação jurisdicional”. Evidenciou, também, “o exíguo prazo utilizado para julgamento dos Recursos pelo Tribunal, o que demonstra o elevado grau de responsabilidade dos juízes da Corte e a preocupação pela entrega da jurisdição de forma



“Buscaremos oferecer meios para otimizar o cumprimento da nossa missão institucional, sempre com o objetivo de entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais eficaz”

célere e eficiente. Deixou consignado, ainda, “o esforço e dedicação dos magistrados de 1º grau na entrega da jurisdição no âmbito da 6ª Região da Justiça do Trabalho;”. Como se vê, em matéria de prazo, nosso Tribunal foi elogiado. Em relação aos outros Regionais, o que posso informar diz respeito ao ano de 2009, quando, comparando-se o prazo médio para andamento dos processos de rito ordinário, até a prolação da sentença, a média nacional girou em torno de 217 dias, enquanto o nosso Tribunal ficou com a média de 176. Em relação ao processo de rito sumaríssimo, a média nacional foi de 120 dias, enquanto no nosso Regional, observou 86. Considerando-se a média dos processos de conhecimento

solucionados, por cada juiz, no ano de 2009, e levando-se em conta as 24 Regiões, a nossa foi classificada em 13º lugar. No que se refere às execuções encerradas no ano de 2009, tomando-se por base o total a executar, a 6ª Região obteve o 5º lugar. E, por fim, em relação ao percentual de conciliações efetuadas, levando-se em conta tanto os processos de rito ordinário quanto os de rito sumaríssimo, o nosso regional ficou em 2º lugar. Desta forma, em termos comparativos com os outros Tribunais, o nosso encontra-se em uma posição confortável. De toda sorte, estamos atentos, envidando todos os esforços para diminuir ao máximo os prazos para entrega da prestação jurisdicional. No tocante à eficiência na prestação de serviços jurisdicionais, gostaria que

o alcance de índices cada vez melhores”

houvesse um avanço qualitativo na área de informática, necessário a uma prestação mais célere. A Presidência do Tribunal está atenta a essa necessidade e espero que consigamos melhorias significativas.

Em relação às metas do CNJ?

O desempenho do TRT6 foi bastante satisfatório em relação às metas do CNJ para o ano de 2010. A meta 1, que objetivava o julgamento de número maior de processos do que o recebido, foi alcançada pelo 2º grau, chegando-se ao índice de 103,75%, o que significa que parte do saldo remanescente do período anterior foi solucionado, contribuindo assim para a redução de processos pendentes de julgamento. No primeiro grau foi atingido o percentual de 93,69%, o que resultou no índice geral de alcance de 95,50%. A meta 2, que era de julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2007, o segundo grau, novamente, atingiu as expectativas, não deixando qualquer pendência relativa a tal objetivo, julgando 100% dos processos inseridos em tal categoria. No primeiro grau, de um total de 370 processos, ficaram pendentes apenas 23. As dificuldades maiores foram encontradas em relação à Meta 3, que pretendeu reduzir em, pelo menos, 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou execução não

fiscal e em 20% o acervo de execuções fiscais. Em relação à execução não fiscal, o saldo de processos foi reduzido em 5,76%, e na fiscal houve uma redução de 10,53%. Como visto, em termos gerais, o nosso Regional atendeu às expectativas, considerando as adversidades enfrentadas no ano de 2010, que diretamente influenciaram nos resultados alcançados. Veja-se, por exemplo, que de 2009 para 2010 houve

“Em matéria de prazo, nosso Tribunal foi elogiado. A média nacional girou em torno de 217 dias, enquanto o nosso Tribunal ficou com a média de 176”.

uma redução no número de juízes em atividade, que passou de 124 para 122. Para 2011, com o preenchimento das vagas do quadro de juízes substitutos, conjugado às novas ações a serem implementadas, dando continuidade aos esforços das administrações anteriores, esperamos contribuir para o alcance de índices cada vez melhores.

Quais os gargalos da JT na primeira e segunda instâncias, respectivamente?

Em relação à 2ª Instância, creio que os feitos andam rapidamente, quer os em grau recursal, quer aqueles de

competência originária, ao menos no nosso regional, como registrou o Ministro Corregedor. Na Justiça do Trabalho, a lentidão é extremamente sentida com relação aos processos em grau de recurso junto ao TST, o que deverá ser melhorado com o início dos julgamentos de recursos utilizando a transmissão eletrônica. Já na primeira instância, embora os prazos de audiências na 6ª Região possam



ressaltei em outra entrevista, que o desafio é muito grande, até porque o magistrado tem sua carreira voltada para a área judicante, afastado da realidade administrativa do órgão. E, para acompanhar os avanços por que passa toda a sociedade, especificamente em face dos modernos insumos na área tecnológica, cada vez mais potentes, impõe-se uma atuação administrativa que possa implementar as mudanças que se fizerem necessárias. Com tal intuito é que buscaremos, ao realizar as correições ordinárias por todo o Estado, detectar e registrar as dificuldades que as diversas Varas do nosso Tribunal enfrentam no seu dia a dia, para tentar, com a Presidência, dentro das limitações existentes, tanto de pessoal quanto de material, oferecer meios para otimizar o cumprimento da nossa missão institucional, sempre com o objetivo de entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais eficaz.

ser melhorados, a execução continua sendo a fase mais difícil, mesmo com a utilização de ferramentas eletrônicas.

Qual o maior desafio de conduzir a Corregedoria?

O desafio pessoal é passar a exercer função administrativa, já que, na carreira de magistrado, a preparação e o trabalho são voltados, precipuamente, para a função judicante. É certo que o juiz administra a Vara da qual é o titular, bem como o seu Gabinete, quando passa à segunda instância, mas tudo em um universo bem menor e de bem mais fácil controle. Como corregedora, há pouco tempo

Sucesso marca conclusão de módulo para formação inicial de juizes

“O curso foi muito relevante para nossa formação inicial, para aproximar os juizes de fora da realidade local. A Escola nos proporcionou um conjunto de conhecimentos indispensáveis para que possamos realizar da melhor maneira a prestação jurisdicional.” Esse foi o balanço realizado pela magistrada Sarah Yolanda Alves, participante do Módulo Regional de Formação Inicial de Juizes do Trabalho, curso voltado para os juizes empossados este ano no Regional pernambucano e realizado pela Escola Judicial do TRT da Sexta Região (EJ-TRT6). Com duração de dois meses, o Módulo Regional foi encerrado no dia 18 de março, com entrega de certificados aos novos juizes, que seguiram para participar em Brasília do Módulo Nacional.

Focado em questões locais, essenciais para uma melhor compreensão da realidade de Pernambuco, “o módulo atingiu seu objetivo, tendo sido desen-

volvido dentro do preconizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enamat)”, explica o diretor da EJ-TRT6, desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega. E completa: “Temos o sentimento do dever cumprido e ficamos felizes com o desempenho dos novos magistrados, aptos ao exercício judicante.” Já a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra6), Luciana Conforti, registrou, na cerimônia de encerramento do curso, elogios aos treinamentos realizados pelas Escolas Judiciais, os quais possibilitam a inserção gradual dos novos juizes na atividade jurisdicional.

O presidente do TRT6, André Genn, não pôde comparecer à solenidade de encerramento, mas registrou sua satisfação e o desejo de, em breve, se reunir com os novos magistrados, na sede deste Regional.



Tribunal julga greve de trabalhadores de Suape

Dia 29, o Pleno julgou abusiva a greve dos trabalhadores do Complexo Portuário Industrial de Suape e determinou o seu fim, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. Foi votado, ainda, o reajuste do adicional de horas extras do sábado para o percentual de 100% e o aumento do valor do auxílio-alimentação para R\$ 160, na apreciação dos dois dissídios coletivos correlatos: entre o Consórcio RNESTE/CONEST e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado de Pernambuco – SINTEPAV/PE – e, ainda, entre o SINTEPAV/PE e o Sindicato Nacional da Indústria de Construção (SINICON).



Mais de 39 mil conciliações foram realizadas pelo TRT6 em 2010

Contando com o esforço de todas as Varas que compõem a Sexta Região, o Regional pernambucano realizou 39.149 conciliações em 2010. Entre as Varas que mais conciliaram, destacam-se a VT de Igarassu, com 1328 conciliações; seguida pela Vara do Trabalho de Nazaré da Mata, com 1247, e pela Vara de Carpina, com 1147. Em termos percentuais, merecem destaque a 1ª Vara de Olinda, a qual homologou acordos em 64,41% dos processos com pronunciamento judicial definitivo na primeira instância; a VT de Igarassu, com o percentual de 62,94%, e a Vara do Trabalho de Garanhuns, com a percentagem de 60,61%.

..... Quem faz arte no **TRT6**

Samuel Damásio move-se pela música

No TRT6 desde 1999, Samuel Damásio fez concurso para técnico judiciário, programador da Secretaria de Informática. Mas, paralelamente às habilidades no mundo cibernético é o mundo da música que vem instigando Samuel, desde criança, quando, aos 12 anos, começou a estudar flauta transversa na Escola de Música

janeiro de 2004. Segundo ele, essa foi uma fase “em que tentei fazer um trabalho próprio acontecer”. Na época, tinha várias composições prontas. Fazia engenharia mecânica (na Poli) e já estava no TRI. “Pop, samba, funk, rock, valsa era o que tocávamos. O estilo da gente era não ter estilo”.

influência de bandas de rock dos anos 80 (Pixies, Legião Urbana), bandas mais recentes (Dave Mathews, Los Hermanos) e uma marcante presença de elementos regionais (Clube da Esquina, Lenine, Alceu, Chico Science), além do estilo Raul Seixas, que temperava rock'n'roll com samba, funk, baião, repente. O grupo chegou a lançar um disco e



“O estilo da gente era não ter estilo”



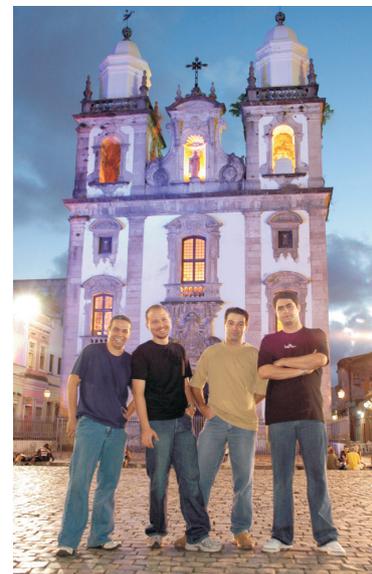
de Limoeiro, cidade agrestina onde nasceu.

Cantor e compositor, entre 2002 e 2003 Samuel decidiu formar a banda Doidipéda, que entrou no circuito musical em

Com formação de guitarra (Jean), baixo (Raphael), bateria (jocelino), violão (Samuel), mesmo “não tendo estilo” era possível identificar nas composições da Doidipéda a

realizar apresentações em diversos locais, a exemplo do Pátio de São Pedro e Bar Burburinho.

Quando o grupo se extinguiu em 2009, Samuel modificou



Samuel, Jean, Raphael e Jocelino formaram a banda Doidipéda

arranjos e colocou-os em formato eletrônico. Decidido a seguir no rumo da música, Samuel Damásio prestou vestibular para licenciatura em música, piano, na UFPE, e, por enquanto, com o curso trancado, dedica-se ao aperfeiçoamento na área de TI, e conclui, em agosto, no César, especialização em segurança da informação, desenvolvimento de softwares.

“Tenho dois projetos pendentes: música infantil e voltar a compor 'coisas simples e diferentes' – usar não a formação 'normal' de uma banda, que é bateria, guitarra e baixo – mas focar mais em arranjos diferentes para cada música, usando pandeiro, carron, zabumba, panela, tampa de panela, usar tudo isso em casamento com harmonia”.

Produtos orgânicos vêm do Agreste e Mata Sul

Pequenos agricultores são protagonistas na feira semanal de produtos orgânicos no edifício-sede, na Sudene e no Fórum de Paulista. Numa promoção do Programa de Responsabilidade Socioambiental do TRT6, eles vêm de Feira Nova, Glória do Goitá, Vitória e Pombos e são supervisionados pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), ONG de Glória do Goitá coordenada por Paulo Santana.

Pé-de-maravilha, cravo-de-defunto, crista-de-galo. As flores enfeitam e protegem. O olho-d'água irriga a terra e atenua as agruras do sol forte nos meses de estio. A plantação é variada e farta. Berinjela, cebola, tomate, pimenta, pimentão, macaxeira são algumas das hortaliças e leguminosas cultivadas. Mamão, banana, laranja, graviola, maracujá, manga, jaca, acerola compõem parte do pomar tropical. “Nosso sofrimento é esse por aqui mesmo”, explica Israel Amâncio da Costa, produtor rural e coordenador da agricultura familiar praticada com a mulher e os cinco filhos.

“Aqui a gente trabalha só com estrumo. Não tem veneno, não”, justifica Israel, que pratica a agricultura orgânica e traz produtos para a feirinha do

TRT. Para evitar defensivos agrícolas, utiliza-se de cravo-de-defunto e placa amarela com graxa para espantar as pragas de insetos nocivos. A terra, em que cultiva, cria galinha e coelhos, foi doada durante o governo Arraes – recebeu três hectares cada uma das 56 famílias que compõem a Associação dos Pequenos Agricultores de Pombos.

Sítio Mocós: para chegar até lá, cerca de quatro quilômetros de estrada de barro precisam ser percorridos a partir da sede do município de Pombos. A região



José e João Cassimiro de França, André da Silva França (abaixo, à esquerda) e Israel Amâncio da Costa (abaixo, à direita) cultivam a terra em regime de agricultura familiar

tradicional chuva do dia de São José. Quatro casas abrigam a família Cassimiro de França. O casal habita a casa mais antiga e

computador, nem Internet, e as crianças precisam se deslocar por 5 km de estrada de barro, todos os dias, até a escola.

Numa promoção do Programa de Responsabilidade Socioambiental do TRT6, produtores vêm de Feira Nova, Glória do Goitá, Vitória e Pombos

é Agreste, mas a paisagem se confunde um pouco com a aridez do Sertão, em pleno mês de março, mesmo depois da

as outras três são ocupadas pelos filhos João, José e Célia, que trabalham diariamente a terra e dela tiram o sustento. Não têm

Graças ao projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – que os apoia, organizam sistema de gotejamento, o que poderá desencadear um cultivo mais eficaz, pois a água é artigo de luxo. Duas vezes por semana o casal Viviane Albino de Souza França e João Casimiro de França Filho vem ao Recife participar de feiras no Espinheiro, TRT6 e Fórum de Paulista.

